



PF prende envolvidos no jogo do bicho em cinco estados

A Polícia Federal, com a cooperação da Receita Federal, desencadeou na manhã desta quarta-feira (29/8) a Operação Zebra. O objetivo da ação é desarticular uma quadrilha formada por empresários, advogados, policiais civis e militares, que atuam na exploração de jogo do bicho eletrônico nos estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte e São Paulo. Onze suspeitos já foram presos.

Cerca de 200 policiais federais cumpriram mandados de prisão temporária, de busca e apreensão, de bloqueio de contas correntes e seqüestro de bens na Grande Recife, na cidade de São Paulo e no Rio de Janeiro.

As investigações começaram há quatro meses, quando a Polícia Federal apreendeu um lap top que pertencia ao chefe da quadrilha. A apreensão ocorreu em um jato particular que chegava a Recife vindo de São Paulo. Além do computador os policiais apreenderam R\$ 753.200,00.

As análises no notebook revelaram documentos eletrônicos que apontavam para a existência de um grupo envolvido na prática de crimes de contrabando, de sonegação fiscal, de corrupção de agentes públicos e de lavagem de dinheiro, entre outros.

O grupo, comandado por empresários de Pernambuco, acusado de manter uma fábrica de máquinas caça-níqueis em São Paulo, que loca os equipamentos produzidos para casas de bingos do estado e estabelecimentos em Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Goiás.

A organização é assessorada por três advogados (dois em Recife e um no Rio de Janeiro), que atuam com foco na proteção patrimonial do esquema, utilizando-se de expedientes ilegais para burlar a Receita Federal e lavar dinheiro obtido. Eles também realizam fraudes processuais junto à Justiça do Trabalho. A segurança das centenas de lojas do grupo é realizada por policiais civis e militares, que também coordenam a arrecadação dos valores e a proteção do cofre-forte da organização.

Estima-se que o grupo movimente R\$ 100 milhões por ano, dos quais apenas 6% são legalmente declarados. Os prejuízos aos cofres públicos são avaliados em R\$ 180 milhões, contabilizadas inclusive as contribuições para a Previdência.

As prisões têm objetivo de desarticular o grupo e também estancar sua atividade financeira, possibilitando futuras indenizações ao erário. Os documentos apreendidos serão anexados como provas ao inquérito. Os acusados podem ser condenados a penas que variam de 6 meses a 12 anos de prisão.

Participam da operação, policiais das Superintendências da PF em Pernambuco, Alagoas, Rio Grande do Norte, Sergipe, Paraíba, Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia e da Diretoria de Combate ao Crime Organizado.

Date Created

29/08/2007